

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em reais)

Prezados Senhores,
Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2020 da COOPERATIVA DE ECONOMIA E CÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP - SICOOB COOPERCREDI-SP, na forma da legislação em vigor.

1. Política operacional

Em 2020 o SICOOB COOPERCREDI-SP completou 25 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício de 2020, o SICOOB COOPERCREDI-SP obteve um resultado negativo de R\$ 2.085.379,88, antes das reversões, representando um retorno negativo anual de 3,27% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na central somaram R\$ 24.139.537,60, sendo R\$ 143.616,13 em centralização financeira e R\$ 23.995.921,47 em títulos e valores mobiliários. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 76.150.873,88. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$	76.150.873,88	100%
--------------------	-----	---------------	------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 21,58% da carteira, no montante de R\$ 21.070.410,07.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 36.832.523,73, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 67,64%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	14.363.236,92	39%
Depósitos a prazo	R\$	22.469.286,81	61%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 50,51% da captação, no montante de R\$ 18.328.279,64.

5. Patrimônio de referência

No exercício de 2020, o patrimônio de referência do SICOOB COOPERCREDI-SP é de R\$ 58.537.528,80. O quadro de cooperados era de 8.871 havendo um decréscimo de 6,51% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPERCREDI-SP adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 87,05% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho fiscal

Eleito a cada 2 (dois) anos, com mandato até a AGO de 2022, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração ou da diretoria. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPERCREDI-SP aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Código de ética

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB COOPERCREDI-SP, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a ouvidoria do SICOOB COOPERCREDI-SP registrou 66 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 66 manifestações, 61 foram reclamações, das quais 29 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos a nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2021.

Conselho de Administração

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP
SICOOB COOPERCREDI - SP
BALANÇO PATRIMONIAL

	Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			104.047.123,82	93.360.429,48
Circulante			42.023.164,78	49.515.599,48
Caixa e Equivalentes de Caixa		4	24.362.177,66	25.134.064,54
Disponibilidades			222.640,06	160.851,90
Centralização Financeira - Cooperativas		6	143.616,13	331.355,25
Títulos e Valores Mobiliários		5	23.995.921,47	24.641.857,39
Operações de Crédito		7	16.710.512,04	22.869.581,41
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			19.662.868,85	27.775.725,66
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			(3.246.352,17)	(5.110.645,65)
Financiamentos			321.653,19	249.534,18
(-) Provisão para Operações de Financiamentos			(27.657,83)	(45.032,78)
Outros Créditos		8	760.809,34	1.327.194,27
Créditos por Avais e Fianças Honradas			281.835,39	616.671,96
Rendas a Receber			57.744,00	95.680,73
Diversos			371.935,66	859.704,44
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos			299.974,08	297.930,12
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa			(250.679,79)	(542.792,98)
Outros Valores e Bens		9	189.665,74	184.759,26
Despesas Antecipadas			189.665,74	184.759,26
Não Circulante			62.023.959,04	43.844.830,00
Realizável a Longo Prazo			52.482.588,82	36.399.247,64
Operações de Crédito		7	52.056.888,70	35.973.547,52
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			55.482.083,40	38.623.160,77
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			(4.077.686,02)	(2.935.465,06)
Financiamentos			684.268,44	308.997,09
(-) Provisão para Operações de Financiamentos			(31.777,12)	(23.145,28)
Outros Créditos		8	425.700,12	425.700,12
Devedores por Depósitos em Garantia			425.700,12	425.700,12
Permanente			9.541.370,22	7.445.582,36
Investimentos		10	5.354.924,07	5.012.257,48
Participação em Cooperativa Central de Crédito			5.218.416,62	4.882.019,69
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito			105.630,64	99.555,98
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito			30.876,81	30.681,81
Imobilizado de Uso		11	4.050.278,43	2.420.320,84
Imobilizado de Uso			6.130.164,80	4.130.212,14
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado			(2.079.886,37)	(1.709.891,30)
Intangível		12	136.167,72	13.004,04
Ativos Intangíveis			296.630,25	135.012,88
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis			(160.462,53)	(122.008,84)
Total do Ativo			104.047.123,82	93.360.429,48

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP
 SICOOB COOPERCREDI - SP
 BALANÇO PATRIMONIAL

	Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO			40.237.028,42	25.176.620,50
Circulante			39.976.017,57	24.885.748,70
Depósitos		13	36.832.523,73	21.971.358,77
Depósitos à Vista			14.363.236,92	7.889.320,17
Depósitos à Prazo			22.469.286,81	14.082.038,60
Relações Interdependências		14	401,17	45.420,82
Recursos em Trânsito de Terceiros			401,17	45.420,82
Outras Obrigações		15	3.143.092,67	2.868.969,11
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados			15.610,74	34.986,39
Sociais e Estatutárias		15.1	862.407,53	767.860,39
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		15.2	219.499,62	208.804,31
Diversas		15.3	2.045.574,78	1.857.318,02
Não Circulante			261.010,85	290.871,80
Outras Obrigações		15	261.010,85	290.871,80
Diversas		15.3	261.010,85	290.871,80
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis			260.078,45	267.961,11
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas			932,40	22.910,69
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			63.810.095,40	68.183.808,98
Capital Social		17.a	60.863.214,03	63.151.547,73
De Domiciliados No País			62.164.090,15	63.882.459,21
(-) Capital A Realizar			(1.300.876,12)	(730.911,48)
Reserva de Sobras			4.924.021,37	4.617.300,03
Sobras ou Perdas Acumuladas		17.f	(1.977.140,00)	414.961,22
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido			104.047.123,82	93.360.429,48

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP
 SICOOB COOPERCREDI - SP
 DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		6.784.380,31	14.504.823,41	10.352.142,74	21.134.724,27
Operações de Crédito	19	6.568.645,28	13.923.135,24	9.750.111,54	19.926.136,42
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		215.735,03	581.688,17	589.403,76	1.185.535,86
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		-	-	12.627,44	23.051,99
Dispêndio da Intermediação Financeira	20	(3.829.915,45)	(8.133.358,36)	(4.059.179,55)	(10.842.321,10)
Operações de Captação no Mercado		(179.372,54)	(433.417,65)	(439.746,38)	(898.463,28)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(3.650.542,91)	(7.699.940,71)	(3.619.433,17)	(9.943.857,82)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.954.464,86	6.371.465,05	6.292.963,19	10.292.403,17
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(3.928.835,17)	(8.359.065,21)	(3.494.147,41)	(8.719.166,98)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		416.989,06	793.974,10	366.102,99	762.213,34
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21	355.176,66	621.723,05	303.586,38	625.217,15
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	(2.921.917,91)	(6.266.478,64)	(3.306.658,54)	(7.354.163,88)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	(2.143.849,67)	(4.187.838,20)	(2.271.803,16)	(4.659.606,14)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(85.306,71)	(162.939,14)	(64.876,26)	(120.281,09)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24	555.996,01	1.009.200,49	1.659.190,08	2.462.528,44
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25	(110.777,15)	(221.408,24)	(174.041,40)	(318.046,02)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		(5.000,00)	(5.000,00)	(10.843,76)	(10.843,76)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		9.854,54	59.701,37	5.196,26	(106.185,02)
Resultado Operacional		(974.370,31)	(1.987.600,16)	2.798.815,78	1.573.236,19
Outras Receitas e Despesas	26	(40.808,72)	(41.206,27)	(16.535,29)	134.476,08
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	-	-	(35.440,51)
Outras Receitas		13.007,34	29.694,01	156.671,13	1.147.439,78
Outras Despesas		(53.816,06)	(70.900,28)	(173.206,42)	(977.523,19)
Resultado Antes da Tributação e Participações		(1.015.179,03)	(2.028.806,43)	2.782.280,49	1.707.712,27
Imposto de Rendas		(28.286,73)	(28.286,73)	-	-
Contribuição Social		(28.286,72)	(28.286,72)	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		-	-	-	(115.800,73)
Sobras/Perdas Antes das Destinações e reversões		(1.071.752,48)	(2.085.379,88)	2.782.280,49	1.591.911,54
Destinações Legais e Estatutárias		-	108.239,88	-	(262.648,86)
FATES		-	-	-	(69.098,76)
Reserva Legal		-	-	-	(301.789,98)
Reversões de Reservas		-	108.239,88	-	108.239,88
Resultado Antes dos Juros ao Capital		(1.071.752,48)	(1.977.140,00)	2.782.280,49	1.329.262,68
Juros ao Capital		-	-	(757.952,55)	(914.301,46)
Sobras/Perdas Líquidas		(1.071.752,48)	(1.977.140,00)	2.024.327,94	414.961,22

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP
 SICOOB COOPERCREDI - SP
 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

	DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas			(1.071.752,48)	(2.085.379,88)	3.540.233,04	2.506.213,00
Outros resultados abrangentes						
Total do resultado abrangente			(1.071.752,48)	(2.085.379,88)	3.540.233,04	2.506.213,00

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP
SICOOB COOPERCREDI - SP
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LIQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		67.233.046,88	(360.226,71)	3.376.672,21	372.074,46	1.569.775,02	72.191.341,86
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Ao FATES		-	-	-	-	(144.771,76)	(144.771,76)
Constituição de Reservas		-	-	565.119,01	109.884,25	(675.003,26)	-
Ao Capital		730.953,11	-	-	-	(730.953,11)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-	-	(19.046,89)	(19.046,89)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		11.513.688,65	(370.684,77)	-	-	-	11.143.003,88
Por Devolução (-)		(16.508.434,83)	-	-	-	-	(16.508.434,83)
Reversões de Reservas							
Sobras ou Perdas Brutas							
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(914.301,46)	(914.301,46)
Juros ao Capital		914.301,46	-	-	-	-	914.301,46
IRRF sobre Juros ao Capital		(1.096,06)	-	-	-	-	(1.096,06)
FATES - Atos Não Cooperativos							
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva		-	-	301.789,98	-	(301.789,98)	-
FATES		-	-	-	-	(37.723,75)	(37.723,75)
Saldo em 31/12/2019		63.882.459,21	(730.911,48)	4.243.581,20	373.718,83	414.961,22	68.183.808,98
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Outras Destinações		-	-	414.961,22	-	(414.961,22)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		10.793.437,79	(569.964,64)	-	-	-	10.223.473,15
Por Devolução (-)		(12.333.533,17)	-	-	-	-	(12.333.533,17)
Estorno de Capital		(7.250,95)	-	-	-	-	(7.250,95)
Cancelamento de Capital		(171.022,73)	-	-	-	-	(171.022,73)
Reversões de Reservas							
17.c		-	-	(108.239,88)	-	108.239,88	-
Sobras ou Perdas Brutas							
Saldo em 31/12/2020		62.164.090,15	(1.300.876,12)	4.658.542,42	265.478,95	(1.977.140,00)	63.810.095,40
Saldo em 30/06/2019		65.136.760,63	(521.059,32)	3.941.791,22	481.958,71	(1.346.717,86)	67.692.733,38
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas		-	-	-	(108.239,88)	108.239,88	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		5.678.628,10	(209.852,16)	-	-	-	5.468.775,94
Por Devolução (-)		(7.601.065,21)	-	-	-	-	(7.601.065,21)
Estorno de Capital		(7.187,00)	-	-	-	-	(7.187,00)
Cancelamento de Capital		(24.647,47)	-	-	-	-	(24.647,47)
Sobras ou Perdas Brutas							
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	-	(757.952,55)	(757.952,55)
Subscrição de Juros ao Capital		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		701.066,22	-	-	-	-	701.066,22
IRRF sobre Juros ao Capital		(1.096,06)	-	-	-	-	(1.096,06)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva		-	-	301.789,98	-	(301.789,98)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	-	(31.375,01)	(31.375,01)
FATES		-	-	-	-	(37.723,75)	(37.723,75)
Saldo em 31/12/2019		63.882.459,21	(730.911,48)	4.243.581,20	373.718,83	414.961,22	68.183.808,98
Saldo em 30/06/2020		63.115.852,24	(826.681,76)	4.243.581,20	373.718,83	(598.666,18)	66.307.804,33
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Outras Destinações		-	-	414.961,22	-	(414.961,22)	-
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		5.408.533,15	(474.194,36)	-	-	-	4.934.338,79
Por Devolução (-)		(6.343.227,18)	-	-	-	-	(6.343.227,18)
Estorno de Capital		(5.268,83)	-	-	-	-	(5.268,83)
Cancelamento de Capital		(11.799,23)	-	-	-	-	(11.799,23)
Reversões de Reservas							
17.c		-	-	(108.239,88)	-	108.239,88	-
Sobras ou Perdas Brutas							
Saldo em 31/12/2020		62.164.090,15	(1.300.876,12)	4.658.542,42	265.478,95	(1.977.140,00)	63.810.095,40

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP
SICOOB COOPERCREDI - SP
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		(1.071.752,48)	(2.085.379,88)	2.782.280,49	1.591.911,54
Juros ao Capital Recebido		(135.260,32)	(135.260,32)	(180.314,12)	(180.314,12)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(7.526,72)	-	(96.779,08)
Participações nos Resultados de Empregados		-	-	-	115.800,73
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		3.650.542,91	7.699.940,71	3.619.433,17	9.943.857,82
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		127.045,58	261.732,01	179.701,90	397.942,52
Destinações de Sobras		-	-	(31.375,01)	-
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		5.000,00	5.000,00	10.843,76	10.843,76
Depreciações e Amortizações		271.560,24	408.448,76	136.821,30	275.672,13
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		2.847.135,93	6.146.954,56	6.517.391,49	12.058.935,30
Títulos e Valores Mobiliários		5.363,71	-	2.703,51	298,49
Operações de Crédito		(20.146.679,35)	(17.624.212,52)	3.247.635,36	3.177.483,71
Outros Créditos		2.108.024,05	566.384,93	(20.630,54)	689.606,56
Outros Valores e Bens		7.522,93	(4.906,48)	(70.722,06)	(52.112,57)
Depósitos à Vista		9.762.773,47	6.473.916,75	(4.286.992,03)	1.892.487,90
Depósitos à Prazo		8.122.114,26	8.387.248,21	(1.437.054,37)	(500.253,86)
Relações Interdependências		(1.850,00)	(45.019,65)	45.420,82	(36.228,92)
Outras Obrigações		937.612,62	34.104,05	(1.492.878,88)	(3.195.752,10)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	-	-	(144.771,76)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		-	-	-	(31.375,01)
FATES Sobras Exercício		-	-	(37.723,75)	(37.723,75)
Imposto de Renda		(28.286,73)	(28.286,73)	-	-
Contribuição Social		(28.286,72)	(28.286,72)	-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		3.585.444,17	3.877.896,40	2.467.149,55	13.820.593,99
Recebimento Dividendos		-	7.526,72	-	12.373,12
Distribuição Sobras da Central		-	-	(9.268,37)	75.137,59
Recebimento de Juros ao Capital		135.260,32	135.260,32	180.314,12	180.314,12
Aquisição de Intangível		(131.972,82)	(140.597,26)	(0,00)	15.827,97
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.025.837,20)	(2.020.972,77)	(7.056,82)	(11.041,44)
Aquisição de investimentos		(336.544,21)	(342.666,59)	(494.958,68)	(836.859,67)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(2.359.093,91)	(2.361.449,58)	(330.969,75)	(564.248,31)
Aumento por Novos Aportes de Capital		4.934.338,79	10.223.473,15	5.468.775,94	11.143.003,88
Devolução de Capital à Cooperados		(6.343.227,18)	(12.333.533,17)	(7.601.065,21)	(16.508.434,83)
Estorno/Cancelamento de Capital		(17.068,06)	(178.273,68)	(31.834,47)	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	-	-	(19.046,89)
Juros ao Capital pago		-	-	701.066,22	914.301,46
IRRF sobre Juros ao Capital		-	-	(1.096,06)	(1.096,06)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(1.425.956,45)	(2.288.333,70)	(1.464.153,58)	(4.471.272,44)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(199.606,19)	(771.886,88)	672.026,22	8.785.073,24
Caixa e Equivalentes de Caixa no Ínicio do Período		24.561.783,85	25.134.064,54	24.462.038,32	16.348.991,30
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	24.362.177,66	24.362.177,66	25.134.064,54	25.134.064,54
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(199.606,19)	(771.886,88)	672.026,22	8.785.073,24

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP - SICOOB COOPERCREDI - SP, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/10/1995, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPERCREDI - SP possui 2 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: Ribeirão Pires – SP e SÃO PAULO – SP.

O SICOOB COOPERCREDI - SP tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 8 de fevereiro de 2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP está fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionais de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECRESP e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	222.640,06	160.851,90
Relações interfinanceiras - centralização financeira	143.616,13	331.355,25
Títulos e Valores Mobiliários	23.995.921,47	24.641.857,39
TOTAL	24.362.177,66	25.134.064,54

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Títulos de Renda Fixa (a)	23.987.166,18	24.636.493,68
Cotas de Fundos de Investimento (b)	8.755,29	5.363,71
TOTAL	23.995.921,47	24.641.857,39

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Sicoob Central Cecresp.

(b) As Cotas de Fundos de Investimento referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Banco do Brasil.

6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2020** e de **2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	143.616,13	331.355,25
TOTAL	143.616,13	331.355,25

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Cecresp.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	19.662.868,85	55.482.083,40	75.144.952,25	66.398.886,43
Financiamentos	321.653,19	684.268,44	1.005.921,63	558.531,27
Total de Operações de Crédito	19.984.522,04	56.166.351,84	76.150.873,88	66.957.417,70
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.274.010,00)	(4.109.463,14)	(7.383.473,14)	(8.114.288,77)
TOTAL	16.710.512,04	52.056.888,70	68.767.400,74	58.843.128,93

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
--------------------	-----------------	----------------	----------	-----------	----------	-----------

de Risco / Situação				31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
AA	-	Normal	7.500.224,40	-	7.500.224,40	-	4.276.491,51
A	0,5%	Normal	28.576.900,19	5.027,39	28.581.927,58	(142.909,64)	30.621.374,96
B	1%	Normal	17.752.733,82	118.772,81	17.871.506,63	(178.715,07)	7.325.936,99
B	1%	Vencidas	758.513,28	-	758.513,28	(7.585,13)	744.815,82
C	3%	Normal	9.424.887,04	299.438,81	9.724.325,85	(291.729,78)	8.066.934,03
C	3%	Vencidas	1.522.720,81	329.016,19	1.851.737,00	(55.552,11)	1.648.615,75
D	10%	Normal	1.212.424,49	171.593,62	1.384.018,11	(138.401,81)	2.747.022,41
D	10%	Vencidas	655.190,56	12.063,91	667.254,47	(66.725,45)	1.313.007,87
E	30%	Normal	348.860,69	70.008,90	418.869,59	(125.660,88)	777.772,96
E	30%	Vencidas	399.587,08	-	399.587,08	(119.876,98)	1.597.254,83
F	50%	Normal	653.368,94	-	653.368,94	(326.684,47)	635.123,62
F	50%	Vencidas	399.839,44	-	399.839,44	(199.919,72)	1.494.912,72
G	70%	Normal	234.124,94	-	234.124,94	(163.887,46)	438.866,42
G	70%	Vencidas	465.839,75	-	465.839,75	(326.087,82)	570.056,65
H	100%	Normal	314.347,19	-	314.347,19	(314.347,19)	824.542,72
H	100%	Vencidas	4.925.389,63	-	4.925.389,63	(4.925.389,63)	3.874.688,44
Total Normal		66.017.871,70	664.841,53	66.682.713,23	(1.682.336,30)	55.714.065,62	(2.425.720,45)
Total Vencidos		9.127.080,55	341.080,10	9.468.160,65	(5.701.136,84)	11.243.352,08	(5.688.568,32)
Total Geral		75.144.952,25	1.005.921,63	76.150.873,88	(7.383.473,14)	66.957.417,70	(8.114.288,77)
Provisões		(7.324.038,19)	(59.434,95)	(7.383.473,14)		(8.114.288,77)	
Total Líquido		67.820.914,06	946.486,68	68.767.400,74		58.843.128,93	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	7.712.826,48	11.950.042,37	55.482.083,40	75.144.952,25
Financiamentos	89.741,60	231.911,59	684.268,44	1.005.921,63
TOTAL	7.802.568,08	12.181.953,96	56.166.351,84	76.150.873,88

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	5.855,01	-	5.855,01	0%
Setor Privado - Serviços	33.502.335,51	586.706,41	34.089.041,92	45%
Pessoa Física	41.497.478,77	419.215,22	41.916.693,99	55%
Outros	139.282,96	-	139.282,96	0%
TOTAL	75.144.952,25	1.005.921,63	76.150.873,88	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(8.114.288,77)	(5.745.446,31)
Constituições	(11.554.716,42)	(16.832.031,14)
Reversões	4.243.332,39	7.528.168,31
Transferência para prejuízo	8.042.199,66	6.935.020,37
TOTAL	(7.383.473,14)	(8.114.288,77)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	2.426.578,77	3,18%	2.147.269,24	3,00%
10 Maiores Devedores	14.782.556,60	19,35%	6.739.718,35	10,00%
50 Maiores Devedores	28.261.092,18	36,86%	13.274.093,35	20,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Até 360 dias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	7.384.797,37	2.616.182,92
Valor das operações transferidas no período	8.724.842,87	7.638.911,64
Valor das operações recuperadas no período	(7.282.307,79)	(2.870.297,19)
TOTAL	8.827.332,45	7.384.797,37

Acima de 360 dias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	7.160.456,50	5.310.740,62
Valor das operações transferidas no período	7.622.187,30	2.988.692,55
Valor das operações recuperadas no período	(1.402.457,81)	(1.138.976,67)
TOTAL	13.380.185,99	7.160.456,50

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	281.835,39	-	616.671,96	-
Rendas a Receber (b)				
Serviços prestados a receber	56.651,31	-	94.554,89	-
Outras rendas a receber	1.092,69	-	1.125,84	-
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	29.643,96	-	12.861,76	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	7.052,62	-	1.623,14	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	51.514,00	-	116.647,19	-
Devedores por depósitos em garantia (c)	-	425.700,12	-	425.700,12
Impostos e contribuições a compensar	292.819,11	-	290.775,15	-
Imposto de renda a recuperar	7.154,97	-	7.154,97	-
Títulos e créditos a receber	50.002,40	-	44.844,15	-
Devedores diversos - país (d)	233.722,68	-	683.728,20	-
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(250.679,79)	-	(542.792,98)	-
TOTAL	760.809,34	425.700,12	1.327.194,27	425.700,12

(a) Em Avais e Fianças Honrados, encontram-se registradas as cessões de créditos relacionadas à Cartão de Cooperados não liquidados. Esses registros ocorreram nos casos em que a cooperativa teve que honrar as cessões de cartão de crédito por inadimplência do associado acima de 75 (setenta e cinco) dias.

(b) No item de Rendas a Receber, encontram-se registradas receitas prestadas a receber por convênio R\$ 56.651,31 e outras tarifas a receber do Bancoob R\$ 1.092,69.

(c) Trata-se de registros referentes a depósitos judiciais para interposição de Recursos Fiscais – Lei 9.703/68, que se constitui da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
PIS - Depósito Judicial	64.501,95	64.501,95
COFINS - Depósito Judicial	356.298,17	356.298,17
Interposição de Recursos Trabalhistas	4.900,00	4.900,00
TOTAL	425.700,12	425.700,12

(d) Trata-se de diferença de caixa no valor de R\$ 9,56, pendências a regularizar no valor de R\$ 14.494,43, e valores a receber de bloqueio Bacen no valor de R\$219.218,69.

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
--	--------------------------	---------------------	----------------------	---------------------	----------------------

E	30%	Vencidas	30.858,59	30.858,59	(9257,58)	43.136,31	(12.940,89)
F	50%	Vencidas	12.507,64	12.507,64	(6253,82)	54.429,25	(27.214,63)
G	70%	Vencidas	11.002,63	11.002,63	(7701,84)	54.896,57	(38.427,60)
H	100%	Vencidas	227.466,53	227.466,53	(227466,53)	464.209,83	(464.209,83)
Total Vencidos			281.835,39	281.835,39	(250.679,77)	616.671,96	(542.792,95)
Total Geral			281.835,39	281.835,39	(250.679,77)	616.671,96	(542.792,95)
Provisões			(250.679,77)	(250.679,77)		(542.792,95)	
Total Líquido			31.155,62	31.155,62		73.879,01	

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Antecipadas (a)	189.665,74	186.771,76
TOTAL	189.665,74	186.771,76

(a) Trata-se de prêmios de seguros R\$ 5.804,24, processamento de dados R\$ 30.567,11, e Antecipação referentes à Benefícios mensais de colaboradores – Vale Alimentação R\$ 57.736,16 e Vale Transporte R\$ 5.558,23, e aluguéis R\$ 90.000,00.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central de Crédito (a)	5.218.416,62	4.882.019,69
Partic. Em Inst. Financeira Controlada Por Coop. Crédito	105.630,64	99.555,98
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	30.876,81	30.681,81
TOTAL	5.354.924,07	5.012.257,48

(a) Trata-se de investimentos no Sicoob Central Cecresp.

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos		374.333,49	374.333,49
Edificações	4%	1.735.295,35	1.735.295,35
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(585.991,93)	(516.473,31)
Instalações	10%	934.177,61	934.177,61
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(575.996,50)	(488.862,53)
Móveis e equipamentos (a)	10%	1.270.743,95	361.522,81
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(791.402,08)	(179.385,21)
Sistema de Comunicação (a)	20%		35.197,41
Sistema de Processamento de Dados (a)	20%		663.800,92
Sistema de Segurança (a)	10%	-	25.884,55
Benfeitorias em Imóveis De Terceiros (b)		1.815.614,40	-
(-) Benfeitorias em imóveis de terceiros (b)		(126.495,86)	
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso (a)		-	(525.170,25)
TOTAL		4.050.278,43	2.420.320,84

(a) - Conforme CCI 006/2020, do Sicoob Confederação, houve a criação e exclusão de rubricas contábeis no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, determinado pela Carta Circular 3.941/19, de 22 de março 2019 para registro de ativo imobilizado de uso.

(b) - Trata-se de reformas e adaptações de estrutura da nova sede da cooperativa.

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Intangíveis	296.630,25	135.012,88
(-) Amortização acumulada	(160.462,53)	(122.008,84)
TOTAL	136.167,72	13.004,04

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	14.363.236,92		7.889.320,17	
Depósito a Prazo	22.469.286,81	0,16	14.082.038,60	0,36
TOTAL	36.832.523,73		21.971.358,77	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	5.621.400,39	15,49%	1.022.938,29	5,00%
10 Maiores Depositantes	15.382.522,52	42,39%	4.728.685,00	22,00%
50 Maiores Depositantes	23.741.871,76	65,43%	11.759.871,92	54,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(161.722,43)	(400.457,19)	(422.186,86)	(863.210,70)
Despesas de Contribuição ao FCOOP	(17.650,11)	(32.960,46)	(17.559,52)	(35.252,58)
TOTAL	(179.372,54)	(433.417,65)	(439.746,38)	(898.463,28)

14. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança de Terceiros em Trânsito (a)	401,17	45.420,82
TOTAL	401,17	45.420,82

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

15. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.610,74	-	34.986,39	-
Sociais e Estatutárias	862.407,53	-	767.860,39	-
Fiscais e Previdenciárias	219.499,62	-	208.804,31	-
Diversas	2.045.574,78	261.010,85	1.857.318,02	290.871,80
TOTAL	3.143.092,67	261.010,85	2.868.969,11	290.871,80

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Dividendos e Bonificações a Pagar - Juros ao capital	653,01	653,01
Resultado de Atos com Associados (a)	153.629,86	218.662,76
Resultado de Atos com não associados	31.375,01	31.375,01
Sobras Líquidas a Distribuir	4.942,73	4.942,73
Cotas de Capital a Pagar (b)	671.806,92	512.226,88
TOTAL	862.407,53	767.860,39

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	24.488,06	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	12.248,51	7.827,73
Impostos e Contribuições sobre Salários	175.806,99	194.768,28
Outros	6.956,06	6.208,30
TOTAL	219.499,62	208.804,31

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos (a)	127,76	-	104.243,80	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos(b)	53.094,29	-	9.715,43	-
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	110.000,00	-	-	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (e)	610.127,71	-	543.740,46	-
Provisão para Passivos Contingentes (d)	-	260.078,45	-	267.961,11
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	191.664,53	932,40	229.387,61	22.910,69
Credores Diversos – País (f)	1.080.560,49	-	970.230,72	-
TOTAL	2.045.574,78	261.010,85	1.857.318,02	290.871,80

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2020.

(b) Refere-se a provisão de despesas de fornecedores, competência 12/2020, com vencimento posterior.

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 192.596,93.

(d) Provisão para passivos contingentes encontra-se assim distribuído:

Descrição	Passivos Contingentes	
	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhista	-	12.882,66
Tributário - PIS	38.871,67	38.871,67
Tributário - COFINS	214.245,68	214.245,68
Cíveis	6.961,10	1.961,10
TOTAL	260.078,45	267.961,11

(e) Na conta de Provisão para Pagamento a efetuar encontram-se registros seguintes: Despesa de Pessoal R\$ 490.470,66, Outras Despesas Administrativas com Aluguéis, Comunicações, Transporte, Compensações, Seguro Prestamista, Provisão de Despesas com Cartões R\$ 119.657,05.

(f) O grupo de credores diversos, encontra-se assim distribuído:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Pendência a Regularizar (a)	711.394,34	627.575,38
Diferença de Caixa	1.001,94	72,01
Pagamentos a Processar (b)	368.125,71	323.818,90
Pendência a Regularizar-Bancoob	-	884,9
Saldos Credores – Encerramento de C/C	38,50	1.072,11
Transitória Portabilidade de crédito	-	7.058,33
Cheques Depositados	-	9.749,09
TOTAL	1.080.560,49	970.230,72

(a) Refere-se a valores que estão pendentes de regularização, nas quais se encontram registros dos últimos 180 dias.

(b) Em pagamentos a Processar, encontram-se os recebimentos de folhas de pagamento para amortizações de empréstimos.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPERCREDI - SP opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	60.863.214,03	63.151.547,73
Associados	8.871	9.489

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de expansão refere-se à destinação conforme Assembleia Geral Ordinária para reforma de espaço no mesmo prédio da sede para atendimento aos associados.

No exercício de 2020 houve a reversão de R\$ 108.239,88 da reserva de expansão, para reforma de espaço no mesmo prédio da sede para atendimento aos associados.

d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2020, os cooperados deliberaram pelo incremento de 100% das sobras líquidas de 2019 ao fundo de reserva no valor de R\$ 414.961,22.

e) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	(2.085.379,88)	677.610,08
Resultado da Incorporada- Cooperceres	-	-
Reversão da reserva de expansão	108.239,88	108.239,88
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	(31.375,01)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	(1.977.140,00)	754.474,95
Destinações estatutárias	-	(339.513,73)
Reserva legal - 40%	-	301.789,98
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	-	37.723,75
Sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral	(1.977.140,00)	414.961,22

18. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra/perda líquida do exercício – desconsiderando despesa irpj e csll	(2.028.806,43)	677.610,08
Resultado com associados	2.217.384,50	708.985,09
Ajuste do resultado com não associados (irpj/csll)	(56.573,45)	533.347,18
Outras deduções (conforme resolução 129/16 e 145/16)	(288.830,73)	(501.972,17)
Resultado de atos com não associados	(156.826,11)	31.375,01

19. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos A Depositantes	27.926,29	84.680,24	98.609,74	141.787,34
Rendas de Empréstimos	5.757.721,31	12.229.989,55	8.005.720,66	16.588.376,94
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	218.045,79	690.850,78	905.044,59	1.923.732,12
Rendas de Financiamentos	71.157,21	131.339,01	84.950,89	177.037,61
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	493.794,68	786.275,66	655.785,66	1.093.475,95
Rendas de Crédito Decorrentes Contratos – Outros	-	-	-	1.726,46
TOTAL	6.568.645,28	13.923.135,24	9.750.111,54	19.926.136,42

20. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas De Captação	(179.372,54)	(433.417,65)	(439.746,38)	(898.463,28)
Provisões para Operações de Crédito	(3.650.542,91)	(7.699.940,71)	(3.619.433,17)	(9.943.857,82)
TOTAL	(3.829.915,45)	(8.133.358,36)	(4.059.179,55)	(10.842.321,10)

21. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.200,00	2.454,00	1.267,00	2.637,00
Rendas de Serviços Prioritários - PF	121.257,86	194.661,95	97.569,23	206.214,36
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	40,00	60,00	-	20,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	232.678,80	424.547,10	204.750,15	416.345,79
TOTAL	355.176,66	621.723,05	303.586,38	625.217,15

22. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(353.968,87)	(742.089,85)	(395.948,18)	(632.608,35)
Pessoal - Benefícios	(653.679,55)	(1.491.384,25)	(910.644,94)	(2.119.780,06)
Pessoal - Encargos Sociais	(498.990,59)	(1.092.220,36)	(617.621,22)	(1.334.814,19)
Pessoal - Proventos	(1.407.989,57)	(2.925.575,62)	(1.371.806,20)	(3.250.306,14)
Pessoal - Treinamento	(781,18)	(1.903,29)	(3.042,00)	(4.636,50)
Remuneração de Estagiários	(6.508,15)	(13.305,27)	(7.596,00)	(12.018,64)
TOTAL	(2.921.917,91)	(6.266.478,64)	(3.306.658,54)	(7.354.163,88)

23. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(26.867,80)	(50.452,02)	(21.281,11)	(46.900,03)
Despesas de Aluguéis	(204.815,29)	(372.903,24)	(72.007,20)	(93.218,25)
Despesas de Comunicações	(57.019,13)	(112.213,07)	(57.035,08)	(190.849,19)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(4.454,88)	(16.783,73)	(9.430,39)	(51.067,57)
Despesas de Material	(8.994,94)	(18.560,02)	(8.307,46)	(29.682,87)
Despesas de Processamento de Dados	(270.549,75)	(618.766,81)	(289.188,84)	(396.290,26)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(12.580,77)	(19.775,45)	(17.399,59)	(34.480,69)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(6.064,21)	(36.384,21)	(67.333,54)	(263.044,08)
Despesas de Publicações	-	-	(1.000,00)	(4.842,00)
Despesas de Seguros	(10.605,55)	(19.380,53)	(9.332,36)	(23.004,37)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(223.867,64)	(494.238,65)	(317.471,95)	(675.043,89)
Despesas de Serviços de Terceiros	(143.259,76)	(288.886,81)	(252.068,99)	(602.416,51)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(81.439,82)	(109.497,38)	(2.725,41)	(5.075,97)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(379.025,19)	(681.565,24)	(398.156,10)	(734.074,87)
Despesas de Transporte	(14.940,33)	(30.012,03)	(21.011,06)	(51.741,81)
Despesas de Viagem no País	-	(0,52)	(13.678,10)	(21.858,27)
Despesas de Amortização	(11.105,43)	(17.433,58)	(2.327,94)	(6.414,22)
Despesas de Depreciação	(260.454,81)	(391.015,18)	(134.493,36)	(269.257,91)
Outras Despesas Administrativas	(51.060,70)	(111.236,49)	(75.090,28)	(166.584,32)
Emolumentos judiciais e cartorários	(43.283,51)	(84.299,45)	(99.713,40)	(118.434,34)
Rateio de despesas da Central	(262.813,82)	(571.474,63)	(331.253,59)	(747.550,44)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(70.646,34)	(142.959,16)	(71.497,41)	(127.774,28)
TOTAL	(2.143.849,67)	(4.187.838,20)	(2.271.803,16)	(4.659.606,14)

24. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	173.425,89	223.704,39	933.744,80	969.558,64
Dividendos	-	7.526,72	-	12.373,12
Deduções e abatimentos	-	89,93	-	-
Distribuição de sobras da central	-	-	9.268,37	93.674,33
Outras rendas operacionais	135.260,32	138.710,56	181.269,59	223.001,21
Rendas oriundas de cartões de crédito	247.309,80	639.168,89	534.907,32	1.163.921,14
TOTAL	555.996,01	1.009.200,49	1.659.190,08	2.462.528,44

25. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Operações de Crédito - Descont. Concedidos Reneg	-	(8.534,13)	(30.002,98)	(32.653,72)
Outras Despesas Operacionais	(25.435,09)	(36.401,28)	(65.124,47)	(135.977,00)
Descontos concedidos - operações de crédito	(36.659,13)	(65.239,27)	(25.325,32)	(66.591,88)
Cancelamento - tarifas pendentes	(48.682,93)	(111.233,56)	(53.588,63)	(82.823,42)
TOTAL	(110.777,15)	(221.408,24)	(174.041,40)	(318.046,02)

26. Resultado não operacional

Descrição	2º sem 2020	31/12/2020	2º sem 2019	31/12/2019
Ganhos de Capital	13.007,34	29.694,01	156.671,13	1.147.439,78
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	-	-	(35.440,51)
(-) Perdas de Capital	(53.816,06)	(70.900,28)	(173.206,42)	(977.523,19)
Resultado Líquido	(40.808,72)	(41.206,27)	(16.535,29)	134.476,08

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	677.840,97	0,79%	2.528,25
TOTAL	677.840,97	0,79%	2.528,25
Montante das Operações Passivas	442.600,00	2,38%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	3.343,37	18,11	0,75%
Empréstimos	330.201,33	2.547,82	0,44%
Financiamentos	27.270,59	272,71	2,71%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	72.932,81	0,51%	0%
Depósitos a Prazo	949.752,26	4,22%	0,16%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,58%
Financiamentos Rurais - repasses	2,08%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	99,79%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020		
Empréstimos e Financiamentos		0,78%
Aplicações Financeiras		2,38%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Financiamentos	78.796,00

28. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO SICOOB COOPERCREDI-SP - SICOOB COOPERCREDI - SP, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPERCREDI - SP responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 6)	143.616,13	331.355,25
Ativo circulante - Títulos e valores Mobiliários (nota 5)	23.995.921,47	24.641.857,39
Ativo Permanente – Investimentos (nota 10)	5.218.416,62	4.882.019,69
TOTAL	29.357.954,22	29.855.232,33

29. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência - PR	58.537.528,80	63.690.573,62
Índice de Basileia - IB (10,5% RPC e 13% RPS)	70,96%	85,89%
Índice / Grau de Imobilização - GI (50%)	6,92%	3,80%
Razão de Alavancagem (3%)	56,54%	67,05%

32. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Tributários	253.117,35	420.800,12	253.117,35	420.800,12
Trabalhistas	-	4.900,00	12.882,66	4.900,00
Cíveis	6.961,10	-	1.961,10	-
TOTAL	260.078,45	425.700,12	267.961,11	425.700,12

a) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPERCREDI - SP, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 827.717,94. Essas ações abrangem processos trabalhistas, que totalizam R\$ 682.519,01 e cíveis em R\$ 145.198,43.

São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2021

CRISTINA PRONESTINO CICOLANI SIQUEIRA
DIRETORA PRESIDENTE

JULANA PINHEIRO DE OLIVEIRA UEDA
DIRETORA OPERACIONAL

VERONICA C BUENO RONCATO
CONTADORA 1SP293772/0-3

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Sicoob Coopercredi-SP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo Sicoob Coopercredi-SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopercredi-SP em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

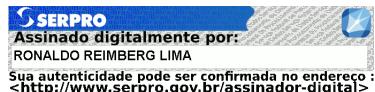
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2021.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Municipais de São Paulo - Coopercredi-SP através de seus membros, abaixo citados, tendo em vista o resultado das reuniões realizadas no decorrer do exercício de 2020, bem como, as análises do Relatório de Controle Interno, realizado pela Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob Cecresp e do Relatório da Auditoria Cooperativa, realizada pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa, para os fins previstos no Estatuto Social, após o exame dos documentos que compõem o Balanço Patrimonial e Demonstração de Sobras ou Perdas do exercício findo em 31/12/2020 e das atas de reuniões do Conselho de Administração, constatou que:

1. As escriturações fiscal e contábil estão em perfeita ordem;
2. Os membros do Conselho de Administração reuniram-se regularmente, cumprindo suas obrigações estatutárias;
3. Os empréstimos examinados estão de acordo com as Normas Específicas;

Pelo exposto, recomendamos à Assembleia Geral, a aprovação do Balanço Patrimonial de 31/12/2020 e da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2020.

São Paulo, Fevereiro de 2021.

Conselho Fiscal